

**12. Empreitada “Eu Já Passo Aqui – Requalificação da Avenida da Liberdade – UF São Lázaro e São João do Souto – ratificação da aprovação da minuta da adenda ao contrato - CPE.16.22. DMOSM.**

Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara de 5 de abril de 2023, que aprovou a **Minuta da Adenda** ao contrato da empreitada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

**Assunto: Ratificação em reunião de Câmara Municipal, da aprovação da minuta da adenda ao contrato CPE.13.22.DMOSM**

**PROPOSTA:**

No âmbito do presente procedimento, foi celebrado em 21 de março de 2023, pelos outorgantes, o **Contrato de Empreitada n.º CPE.16.22.DMOSM**, referente à empreitada supramencionada, que se encontra presentemente a ser apreciado pelo Tribunal de Contas, em sede de fiscalização prévia, no âmbito do **Processo n.º 393/2023**.

Na sequência da devolução do referido processo e atendendo à sugestão do Tribunal de Contas, para se fazer constar no texto contratual, a referência à aprovação inicial da minuta, aquando da adjudicação, e não somente a aprovação aquando da sua retificação, assim, submete-se para ratificação da aprovação da **Minuta da Adenda** ao contrato, em anexo, efetuada em 05/04/2023 pelo Sr. Presidente da Câmara.

A Técnica,

---

**Anexos:**

1. **Minuta da Adenda ao Contrato;**
2. **Contrato.**

**DELIBERAÇÃO:**

Pelos representantes da AGERE: **Aprovo**

**Remeta-se à Sr.<sup>a</sup>  
Diretora.**

O Diretor do DOM,

**Remeta-se ao Sr.  
Presidente.**

A Diretora da DMOSM,

**Despacho: Aprovo sob ratificação  
do executivo Municipal.**

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Órgão competente para a decisão de contratar do Município de Braga: **Câmara Municipal de Braga.**

Concurso Público: CPE.16.22.DMOSM

Contratação: empreitada de “EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE\_U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO”.

**ASSUNTO: Aprovação da Minuta da Adenda ao Contrato**

No âmbito do presente procedimento, foi celebrado em 21 de março de 2023, pelos outorgantes, o **Contrato de Empreitada n.º CPE.16.22.DMOSM**, referente à empreitada supramencionada, que se encontra presentemente a ser apreciado pelo Tribunal de Contas, em sede de fiscalização prévia, no âmbito do **Processo n.º 393/2023**.

Na sequência da devolução do referido processo e atendendo à sugestão do Tribunal de Contas, para se fazer constar no texto contratual, a referência à aprovação inicial da minuta, aquando da adjudicação, e não somente a aprovação aquando da sua retificação, submete-se para aprovação a **Minuta da Adenda** ao contrato, em anexo.

05 de abril de 2023

Pelos Serviços da DMOSM /DOM /UAC,

**ANEXO: Minuta da Adenda e Contrato de Empreitada**

**MINUTA / ADENDA AO CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.16.22.DMOSM****“EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA  
LIBERDADE – U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO”**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, que intervêm também em representação da empresa municipal **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, com sede na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115, da União de Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), 4700-312 Braga, pessoa coletiva n.º 504807692, legitimidade que advém do acordo/contrato de agrupamento de entidades adjudicantes, celebrado em 11 de novembro de 2022, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1 do artigo 39.º do *Código dos Contratos Públicos*, que designa o Município de Braga, como representante do agrupamento, acordo esse anexado ao contrato de empreitada, doravante identificado por «**Dono da Obra**»;

E

**Segunda: DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A**, com sede na Rua dos Pitancinhos, freguesia de Palmeira, concelho de Braga, 4700-727 Palmeira Braga, pessoa coletiva n.º 501489126, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de € 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil euros), aqui representada por **Avelino Gonçalves Teixeira**, na qualidade de administrador, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente, com o código de acesso n.º....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

**Considerando que:**

- a) Em 21 de março de 2023, pelos outorgantes, foi celebrado o **Contrato de Empreitada n.º CPE.16.22.DMOSM**, tendo por objeto a execução da obra “**EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE – U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO**”, e que se encontra, presentemente, a ser apreciado pelo Tribunal de Contas, em sede de fiscalização prévia, no âmbito do Processo n.º 393/2023;
- b) O Tribunal de Contas, na sua apreciação ao contrato, sugeriu ao Município de Braga, para fazer constar no texto contratual, a referência à aprovação inicial

da minuta, aquando da adjudicação, e não somente a aprovação aquando da sua retificação;\_\_\_\_\_

- c) A minuta da presente **Adenda** ao Contrato de Empreitada n.º CPE.16.DMOSM, foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal, de....., e, por decisão dos membros do conselho de administração da empresa municipal **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, de.....\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É celebrada a presente Adenda ao Contrato de Empreitada, no sentido de fazer constar no considerando d) do mesmo, a aprovação da minuta do contrato, aquando da adjudicação da obra, pelo que se retifica, nos seguintes termos:\_\_\_\_\_

**“Considerando que:**\_\_\_\_\_

- d) *No seguimento do Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas, por decisão do presidente da Câmara, de 10 de fevereiro de 2023, ratificada por deliberação da Câmara Municipal, de 20 do mesmo mês, e, por decisão dos membros do conselho de administração da empresa municipal **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, de 8 de fevereiro de 2023, o **MUNICÍPIO DE BRAGA**, na qualidade de entidade adjudicante e dono da obra, em conformidade com o referido acordo/contrato, adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, tendo sido, na mesma data, aprovada a minuta do contrato de empreitada nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos.”*\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Tudo o que não se encontra especialmente regulado pela presente adenda reger-se-á pela disciplina constante do contrato de empreitada.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A presente adenda entra em vigor na data em que entrar em vigor o contrato de empreitada, produzindo efeitos em simultâneo com aquele.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A presente adenda ao contrato, depois de lida e achada conforme pelos outorgantes, vai ser assinada digitalmente, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura.\_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

\_\_\_\_\_  
(Avelino Gonçalves Teixeira)

**CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.16.22.DMOSM****“EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA  
LIBERDADE – U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO”**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, que intervêm também em representação da empresa municipal **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, com sede na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115, da União de Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), 4700-312 Braga, pessoa coletiva n.º 504807692, legitimidade que advém do acordo/contrato de agrupamento de entidades adjudicantes, celebrado em 11 de novembro de 2022, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1 do artigo 39.º do *Código dos Contratos Públicos*, que designa o Município de Braga, como representante do agrupamento, acordo esse que se anexa ao presente contrato, doravante identificado por «**Dono da Obra**»;

E

**Segunda: DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A**, com sede na Rua dos Pitancinhos, freguesia de Palmeira, concelho de Braga, 4700-727 Palmeira Braga, pessoa coletiva n.º 501489126, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de € 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil euros), aqui representada por **Avelino Gonçalves Teixeira**, na qualidade de administrador, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente, com o código de acesso: 5284-3316-6345, doravante identificada por «**Empreiteiro**».

**Considerando que:**

- a) Por decisão do presidente da Câmara, de 18 de novembro de 2022, ratificada por deliberação da Câmara Municipal, de 28 do mesmo mês, e, por decisão dos membros do conselho de administração da empresa municipal AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M., de 17 de novembro de 2022, em conformidade com o prescrito no n.º 3, do artigo 39.º do *Código dos Contratos Públicos*, o **MUNICÍPIO DE BRAGA**, na qualidade de entidade adjudicante e dono da obra, em conformidade com o dito acordo/contrato

- promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.16.22.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor.\_\_\_\_\_
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato de empreitada, correspondente à execução dos trabalhos da responsabilidade do **MUNICÍPIO DE BRAGA**, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 06/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 74273, de 07/11/2022, e a informação de compromisso n.º 94536, de 31/01/2023, retificada em 02/03/2023.\_\_\_\_\_
- c) A despesa inerente ao presente contrato de empreitada, correspondente à execução dos trabalhos da responsabilidade da empresa municipal **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, a realizar no ano económico em curso, será assegurada pelo orçamento da referida empresa, aprovado através das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Braga para 2023, por deliberação da Câmara Municipal, de 28 de outubro de 2022, e por deliberação da Assembleia Municipal, de 18 de novembro de 2022.\_\_\_\_\_
- d) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por decisão do presidente da Câmara, de 10 de fevereiro de 2023, ratificada por deliberação da Câmara Municipal, de 20 do mesmo mês, e, por decisão dos membros do conselho de administração da empresa municipal **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, de 8 de fevereiro de 2023, o **MUNICÍPIO DE BRAGA**, na qualidade de entidade adjudicante e dono da obra, em conformidade com o referido acordo/contrato, adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento.\_\_\_\_\_
- e) Por decisão do presidente da Câmara, de 9 de março de 2023, ratificada por deliberação da Câmara Municipal, de 20 do mesmo mês, e, por decisão dos membros do conselho de administração da empresa municipal **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, também de 9 de março de 2023, foi aprovada a minuta do presente contrato de empreitada nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_
- f) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;\_\_\_\_\_
- g) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.\_\_\_\_\_

**Artigo 1.º**  
**(Objeto do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE – U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso.\_\_\_\_\_

**Artigo 2.º**  
**(Local da obra)**

\_\_\_\_\_Os trabalhos de empreitada serão executados na **Avenida da Liberdade, na União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto, em Braga**, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a).\_\_\_\_\_

**Artigo 3.º**  
**(Preço contratual)**

\_\_\_\_\_1. O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 3.100.765,00 (três milhões, cem mil e setecentos e sessenta e cinco euros)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, distribuído nos termos seguintes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) O preço contratual, por conta do **MUNICÍPIO DE BRAGA**, pela execução dos trabalhos previstos nos capítulos 1 a 9 do mapa de trabalhos, é de **€ 2.797.455,85 (dois milhões, setecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, conforme a proposta apresentada e o caderno de encargos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) O preço contratual, por conta da empresa municipal **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, pela execução dos trabalhos previstos no capítulo 10 (rede de abastecimento de água) do mapa de trabalhos, é de **€**



**303.309,15 (trezentos e três mil, trezentos e nove euros e quinze cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, conforme a proposta apresentada e o caderno de encargos.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 4.º**

##### **(Condições de pagamento)**

\_\_\_\_1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 5.º**

##### **(Revisão de preços)**

\_\_\_\_1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F15 – grandes reparações de estradas**.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 6.º**

##### **(Prazos de execução da empreitada)**

\_\_\_\_O prazo global para a conclusão integral da execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **250 (duzentos e cinquenta) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 7.º**

##### **(Cessão da posição contratual)**

\_\_\_\_1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos*

*Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 4. Caso o dono da obra não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 8.º**

##### **(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

\_\_\_\_\_. 1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 9.º**

##### **(Subcontratação)**

\_\_\_\_\_. 1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 10.º**

##### **(Caução)**

\_\_\_\_\_. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €310.076,50 (trezentos e dez mil, setenta e seis euros e cinquenta cêntimos) correspondente a 10% do preço contratual global,

mediante a garantia bancária n.º GAR/23300315, emitida pelo Banco BPI, S.A., em 17/02/2023, arquivada no respetivo processo, sendo que 5% dessa garantia se destina à substituição do reforço da caução exigível, em cada um dos pagamentos a efetuar.\_\_\_\_\_

**Artigo 11.º**  
**(Liberação da caução)**

\_\_\_\_\_A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

**Artigo 12.º**  
**(Gestor do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O dono da obra designa o **Eng.º António Manuel Araújo Peixoto**, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato.\_\_\_\_\_

**Artigo 13.º**  
**(Comunicações e notificações)**

\_\_\_\_\_1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@dstsgps.com** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.\_\_\_\_\_

**Artigo 14.º****(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

\_\_\_\_1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.\_\_\_\_\_

**Artigo 15.º**  
**(Invalidade parcial)**

\_\_\_\_Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.\_\_\_\_\_

**Artigo 16.º**  
**(Foro competente)**

\_\_\_\_Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.\_\_\_\_\_

**Artigo 17.º**  
**(Legislação aplicável)**

\_\_\_\_\_ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. \_\_\_\_\_

**Artigo 18.º**  
**(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

\_\_\_\_\_ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. \_\_\_\_\_

**Artigo 19.º**  
**(Vigência)**

\_\_\_\_\_ O presente contrato não produzirá quaisquer efeitos antes do visto ou da declaração de conformidade do Tribunal de Contas, nos termos do nº 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação atual. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. \_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**